

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: Agência (Cuiabá)
Data: 2/7/96 Pg. 60
Class.: 47

sc □ **Terça** □ Cuiabá, Terça-feira, 2 de julho de 1996 □ A GAZETA

A área, destruída pelo fogo, era ocupada por descendentes de ex-escravos do Quilombo Mata-Cavalo que cultivavam milho, mandioca e frutas

Grileiros queimam casas e plantação em sesmaria

Cristina Moreira
Da Redação

Uma comitiva formada por representantes do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Direitos Humanos (CDH) e Movimento da Consciência Negra, acompanhada por descendentes de ex-escravos do Quilombo de Mata-Cavalo, flagrou ontem a destruição total de uma área produtiva, a 50 quilômetros da Capital, próximo a Santo Antônio de Leverger, na Sesmaria Boa Vista. O trator devastou tudo. As casas foram queimadas e os animais mortos. Mais de mil bananeiras, além de plantações de milho, mandioca, frutas e plantas nativas centenárias, foram destruídas, obrigando as famílias que, da roça sobreviviam, a mudar para a periferia da cidade.

Na área visitada pela comitiva moravam três famílias, da quarta geração dos ex-escravos do Quilombo de Mata-Cavalo. A área de aproximadamente 200 hectares, foi, segundo eles, invadida pela terceira vez por Ediberto Martins. Sendo que na última vez, dia 17 de maio, os funcionários de Martins chegaram à noite acompanhado por um oficial de Justiça com mandado de despejo.

Ontem pela manhã com a visita de uma comitiva, quatro funcionários de Ediberto que estavam com um trator terminando de desvastar as plantações, fugiram do local, sendo por mais de um quilômetro perseguidos por membros da comitiva, incluindo o vereador Aurélio Augusto, o deputado federal Gilney Viana e o presidente da Intermat, Nelson Borges.

Quirino e Pedro, ex-moradores

da área, revoltados, atearam fogo no material que foi abandonado pelos devastadores durante a fuga. Eles contaram que a primeira vez eles foram expulsos de suas terras sobre a mira de armas de fogo, apenas com a roupa do corpo, a pé, de madrugada, debaixo de um temporal. Na segunda vez, as três famílias estavam na cidade, encontrando quando retornaram, suas casas e móveis incendiados, mais de cem porcos mortos, frangos e até animais de estimação.

O assessor jurídico da CPT e dos Direitos Humanos, Sebastião Donizette de Oliveira, disse que apesar de não conhecer os processos que envolvem o local, a ocupação é ilegal. Ele lamentou que não é raro no Estado, a ação de grileiros que solicitam terras na Justiça utilizando falsas provas de ocupação.



Produtores expulsos de Mata-Cavalo percorrem parte das terras, devastadas por grileiros.

Da Redação

"A dor de cabeça começou há 4 anos quando papai assinou um papel no fórum; um papel em branco", contou Odália Domingos Sarat da Silva, filha de 'seu' Cesário, 70 anos, bisneto de ex-escravos. Mãe de sete filhos, Odália, assim como o seu pai, nasceu e se criou na Sesmaria Boa Vista, lamentando ter que viver na cidade, perdendo sem justificativa as terras que durante toda a sua vida a alimentou.

Na região de Sesmaria Boa Vista, outras famílias de descendentes de ex-escravos vivem conflito semelhante. Conforme 'seu' Tomaz Rodrigues de Couto, nos últimos 20 anos, as terras onde as famílias vivem há mais de dois séculos estão sendo invadidas. 'Seu' Tomaz, por exemplo, no último impasse judicial ganhou o mandado de reintegração de posse de seu vizinho Manuel Gutierrez, proprietário da Fa-



"Seu" Tomaz Couto

zenda Ourinhos. Porém, nesta "briga", perdeu parte de seu banana, destruídos pelo gado e pelos traidores de 'seu' Manoel.

Hoje, Tomaz consegue manter

na área dois hectares de mandioca, 4 mil bananeiras, 13 mil pés de cana-de-açúcar, além do arroz que é utilizado para a subsistência das cinco famílias que com ele vivem. Em cooperativa, em um moimbo de ferro movido manualmente, eles produzem melado e rapadura.

Além das cerca de 25 famílias tradicionais de Mata-Cavalo, estão na região cerca de 80 famílias de sem-terras. O convívio entre os descendentes de escravos e o MST é pacífico. A "guerra" é com alguns fazendeiros vizinhos das comunidades que constantemente tentam "guitar" as terras alheias.

"Temos documentos que comprovam sermos donos destas áreas desde 1888. Estas terras foram passadas de pai para filho, como podem dizer que esta área não é nossa?", questiona indignado o patriarca Antônio Benedito Conceição, conhecido como Antônio Mafato, 91 anos. (C.M.)

Documentação

Fonte: A Gazeta (Cuiabá)

Data: 27/10/06 Pg: 60 cont.

Class.: 47



Comissão do Intermap, políticos e ONGs ouvem depoimentos dos moradores da área

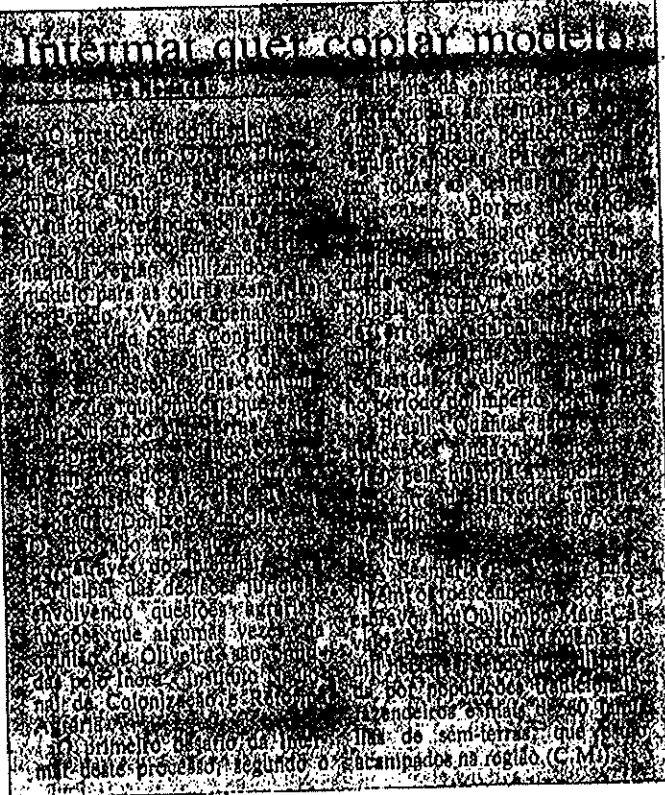
Juiz peca por não ver o local quando decide

Da Redação

O Judiciário ainda não está preparado para julgar questões agrárias. A afirmativa é do assessor jurídico do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHR) da Pastoral da Terra (PT), Sebastião Donizette de Oliveira. Ele argumenta que a área em questão quase nunca é visitada pelo juiz, dando oportunidades para que os árbitros forsem provas.

Outra desvantagem que o advogado sustenta é que além das populações tradicionais terem dificuldades financeiras para bancar uma disputa judicial, o sistema agrário utilizado por elas não é considerado, deixando o produtor sem amparo legal.

"As populações tradicionais utilizam o solo por um tempo para a sua roça. Depois, eles deixam as terras "repousarem" de um a cinco anos, plantando em outro lugar, retornando à primeira região quando a natureza já a recuperou. (C.M.)



Intermap quer copiar modelo

Intermap quer copiar modelo... (The text in this section is extremely dark and difficult to read, appearing to be a continuation of the article or a separate report.)